

Economista alerta: País pode virar autarquia

Mais uma vez durante a semana, o assunto moratória versus renegociação da dívida externa polarizou os debates entre economistas das mais diversas tendências presentes a almoços, seminários e encontros, promovidos por entidades empresariais. A única novidade surgida é um consenso, obtido após a audiência concedida pelo presidente em exercício, Aureliano Chaves, a um grupo de empresários, na última quarta-feira, em Brasília, a respeito da prioridade a ser dada pelas autoridades econômicas à solução desse problema.

Alguns economistas acreditam que ainda haja tempo para se evitar a moratória e insistem na necessidade de um programa de austeridade mais ou menos nos mesmos moldes do acertado com o FMI. Outros defendem a manutenção da soberania nacional, seja nós entendimentos para renegociar a dívida, seja na declaração da moratória.

Para o professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), José Júlio Senna, o "risco de uma moratória é seriíssimo, porque com ela viraríamos uma autarquia". Após ler e

comentar os termos em que o PMDB coloca a moratória, Senna chama a atenção para dois pontos: a escassez inevitável do petróleo e de outras matérias-primas essenciais à indústria e a precariade do esquema de troca de mercadorias.

"Como confiar no fornecimento de petróleo por parte dos países árabes" pergunta Senna. "se depois de o Brasil ter votado com eles na ONU, condenando o sionismo de Israel, a única coisa que conseguimos foi uma pequena participação de uma companhia de investimentos do Kuwait no capital da Volkswagen?" Além disso, prossegue o professor da FGV, "os defensores do esquema de trocas de mercadorias esquecem-se de que não basta ao País querer fazê-lo. Isso depende, também, da vontade de nossos parceiros comerciais e ainda da qualidade e dos preços das mercadorias que nos dispusermos a trocar".

Para não correr esse duplo risco, Senna acha que a renegociação da dívida externa brasileira deve levar em conta quatro pontos: 1º) realismo de previsões, a fim de não repetir os erros dos projetos 1, 2, 3 e 4; 2º) evitar o curto prazo, que tem

marcado as medidas de política econômica; 3º) manter firmeza nas posições assumidas, e 4º) adotar medidas que permitam a formação de reservas.

Na área interna, o professor da FGV-RJ vem defendendo a implementação de um programa mínimo de seis pontos: 1º) definição clara do que o governo quer; 2º) ênfase na área social (educação, saúde, nutrição, saneamento básico etc.); 3º) reforma tributária para descentralizar recursos; 4º) maior liberdade para o setor privado por meio da contenção do que chama de "fúria legislativa"; 5º) controle do déficit público, e 6º) adoção de uma estratégia de abertura da economia brasileira para o Exterior (o Brasil, de acordo com Senna, só exporta atualmente 8% do seu Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a média dos demais países da América Latina é de 15%).

SOBERANIA

Já, na opinião do ex-ministro do Planejamento e professor da Universidade de Paris (Sorbonne), Celso Furtado, "há momentos na vida de uma nação — como na dos homens — em que tudo se pode dispensar, menos a coragem". Para ele, a renegociação da dívida deve ser feita em termos mais amplos, com os Estados Unidos absorvendo parte do total devido pelo Terceiro Mundo e rateando esse prejuízo com os bancos centrais dos desenvolvidos. "Se isso não acontecer", argumenta Furtado, "a única saída é o exercício da soberania".

"Quem deve decretar ou não moratória não é o Brasil, mas, sim, seus credores", afirma o presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), Luiz Carlos Bresser Pereira. Em sua opinião, "os credores estrangeiros estão loucos para dar os US\$ 3,9 bilhões de que o País necessita, mas, paradoxalmente, ainda não tomaram tal atitude por causa do acordo com o FMI".

Segundo Bresser Pereira, "se o Fundo demorar muito para dar sinal verde à liberação da segunda parcela do 'jumbo', é até possível que os bancos internacionais antecipem essa e as demais parcelas". A única coisa que preocupa os credores estrangeiros, neste momento, conclui o presidente do Banespa, é "a falta de definição sobre um programa de reativação da economia".